BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

BNP PARIBAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nossos acionistas e clientes:
Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., para os semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007.

O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 30 de junho de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

ATIVO	2008	2007
Circulante	19.640.314	11.284.277
Disponibilidades	259.582	1.016
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.830.984	4.625.308
Aplicações no mercado aberto	2.151.363	4.164.531
Aplicações em depósitos interfinanceiros	667.207	445.603
Aplicações em moedas estrangeiras	12.414	15.174
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.816.270	1.886.475
Carteira própria	977.275	1.165.470
Vinculados às operações compromissadas	371.956	49.191
Instrumentos financeiros derivativos	309.663	426.305
Vinculados à prestação de garantias	157.376	245.509
Relações interfinanceiras	23.543	4.635
Pagamentos e recebimentos a liquidar	68	89
Créditos vinculados - Depósitos no BACEN	23.475	4.546
Operações de crédito	221.155	255.680
Setor privado	221.741	255.431
Setor público	-	917
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(586)	(668)
Operações de arrendamento mercantil	7.051	626
Arrendamentos e subarrendamentos a receber		
Setor privado	18.974	5.166
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(11.923)	(4.540)
Outros créditos	14.480.823	4.510.148
Carteira de câmbio	14.426.368	4.474.682
Rendas a receber	11.071	10.137
Negociação e intermediação de valores	4.254	10.564
Diversos	39.130	14.765
Outros valores e bens	906	389
Despesas antecipadas	906	389
Realizável a Longo Prazo	2.762.254	1.845.745
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.128.222	72.402
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.128.222	72.402
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	943.411	1.228.988
Carteira própria	404.483	600.911
Vinculados às operações compromissadas	128.699	491.039
Instrumentos financeiros derivativos	39.263	12.582
Vinculados à prestação de garantias	370.966	124.456
Operações de crédito	486.281	500.386
Setor privado	449.307	444.464
Setor público	36.974	55.922
Operações de arrendamento mercantil	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber		
Setor privado	44.568	7.818
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(44.568)	(7.818)
Outros créditos	204.306	43.969
Carteira de câmbio	136.527	24.173
Rendas a receber	996	703
Diversos	66.783	19.093
Outros valores e bens	34	-
Despesas antecipadas	34	-
Permanente	81.880	69.079
Investimentos	23.380	33.934
Investimento em controlada no País	22.824	28.592
Outros investimentos	556	5.342
Imobilizado de uso	8.840	7.751
Outras imobilizações de uso	19.420	16.643
Depreciações acumuladas	(10.580)	(8.892)
Imobilizado de arrendamento	45.439	22.590
Bens arrendados	57.039	24.067
Depreciações acumuladas	(11.600)	(1.477)
Diferido	4.221	4.804
Gastos de organização e expansão	12.951	15.961
Amortização acumulada	(8.730)	(11.157)
Total	22.484.448	13.199.101

PASSIVO	2008	2007
Circulante	19.427.493	11.232.735
Depósitos	718.506	463.789
Depósitos à vista	39.055	20.787
Depósitos interfinanceiros	38.688	45.963
Depósitos a prazo	617.579	388.718
Depósitos em moeda estrangeira	19.093	-
Outros depósitos	4.091	8.321
Captações no mercado aberto	1.930.027	2.498.283
Carteira própria	304.244	538.948
Carteira de terceiros	1.478.620	1.493.101
Carteira de livre movimentação	147.163	466.234
Relações interfinanceiras	308	291
Recebimentos e pagamentos a liquidar	308	291
Relações interdependências	10.339	13.292
Recursos em trânsito de terceiros	10.339	13.292
Obrigações por empréstimos e repasses	2.117.974	3.360.565
Empréstimos no exterior	1.925.782	3.105.918
Repasses do país	29.262	108.197
Repasses do exterior	162.930	146.450
Instrumentos financeiros derivativos	362.921	474.525
Instrumentos financeiros derivativos	362.921	474.525
Outras obrigações	14.287.418	4.421.990
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.461	-
Carteira de câmbio	14.141.927	4.320.067
Sociais e estatutárias	18.150	14.694
Fiscais e previdenciárias	44.316	61.727
Negociação e intermediação de valores	19.635	-
Dívida subordinada	34.644	424
Diversas	26.285	25.078
Exigível a Longo Prazo	2.247.071	1.280.440
Depósitos	932.600	301.078
Depósitos a prazo	932.600	301.078
Captações no mercado aberto	253.104	577.501
Carteira própria	212.774	-
Carteira de livre movimentação	40.330	577.501
Obrigações por empréstimos e repasses	628.302	295.994
Empréstimos no exterior	122.036	150.755
Repasses do país	88.915	74.116
Repasses do exterior	417.351	71.123
Instrumentos financeiros derivativos	221.494	26.114
Instrumentos financeiros derivativos	221.494	26.114
Outras obrigações	211.571	79.753
Carteira de câmbio	137.218	24.284
Sociais e estatutárias	-	3
Fiscais e previdênciárias	50.429	-
Dívida subordinada	11.933	55.373
Diversas	11.991	93
Resultados de Exercícios Futuros	2.619	1.753
Resultados de exercícios futuros	2.619	1.753
Patrimônio Líquido	807.265	684.173
Capital social:	190.311	190.311
Ações ordinárias - País	50.000	50.000
Ações ordinárias - Exterior	140.311	140.311
Reservas de capital	3.720	3.555
Reservas de lucros	42.290	35.205
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	15.394	(5.542)
Lucros acumulados	555.550	460.644
Total	22.484.448	13.199.101

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	2008	2007
Receitas da intermediação financeira	159.696	193.930
Operações de crédito	(6.072)	2.321
Operações de arrendamento mercantil	2.472	511
Resultado de títulos e valores mobiliários	388.474	445.214
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(225.540)	(254.116)
Resultado de operações de câmbio	362	-
Despesas da intermediação financeira	(97.615)	(88.766)
Operações de captação no mercado	(254.900)	(250.668)
Operações de empréstimos e repasses	219.238	181.838
Resultado de operações câmbio	(61.724)	(19.313)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(229)	(623)
Resultado bruto da intermediação financeira	62.081	105.164
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.503)	2.666
Receitas de prestação de serviços	55.160	44.104
Despesas de pessoal	(37.220)	(27.753)
Outras despesas administrativas	(27.009)	(25.921)
Despesas tributárias	(4.152)	(3.436)
Resultado de participação em controlada	11.499	17.267
Outras receitas operacionais	8.160	4.745
Outras despesas operacionais	(15.941)	(6.340)
Resultado operacional	52.578	107.830
Resultado não operacional	(80)	(177)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	52.498	107.653
Imposto de renda e contribuição social	(1.758)	(26.143)
Imposto de renda	(21.437)	(14.865)
Contribuição social	(9.992)	(5.496)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.671	(5.782)
Participações no lucro	(18.147)	(14.694)
Lucro líquido do semestre	32.593	66.816
Lucro líquido por ação - em R$	195.37	400,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	2008	2007
ORIGENS DE RECURSOS	11.676.429	5.788.061
Lucro líquido ajustado do semestre	24.924	51.721
Lucro líquido do semestre	32.593	66.816
Depreciações e amortizações	2.321	3.717
Depreciação de bens arrendados	6.045	-
Superveniência de depreciação	(4.536)	(1.545)
Resultado de participação em controlada	(11.499)	(17.267)
Variação nos resultados de exercícios futuros	852	186
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	(17.365)	(9.086)
Recursos de terceiros originários de:	11.668.018	5.745.240
Aumento dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	10.207.365	5.725.458
Depósitos	993.115	-
Captações no mercado aberto	-	1.626.398
Relações Interfinanceiras	308	-
Relações interdependências	-	291
Obrigações por empréstimos e repasses	1.218.000	2.442.059
Instrumentos financeiros derivativos	508.203	375.858
Outras obrigações	7.487.739	1.280.852
Diminuição dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	1.427.478	-
Aplicação interfinanceira de liquidez	1.427.478	-
Alienação de bens e investimentos	777	35
Imobilizado de uso	149	35
Imobilizado de arrendamento	628	-
Dividendos recebidos de coligadas e controladas	32.398	19.747
APLICAÇÕES DE RECURSOS	11.420.403	5.798.727
Inversões em:	12.569	23.970
Investimentos	20	-
Imobilizado de uso	739	1.448
Imobilizado de arrendamento	11.810	22.522
Aplicações no diferido	177	701
Aumento dos subgrupos do ativo circulante e realizável a longo prazo:	8.184.194	5.638.483
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	2.614.020
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	359.686	1.505.036
Relações interfinanceiras	22.805	229
Operações de crédito	13.065	29.077
Operações de arrendamento mercantil	7.051	626
Outros créditos	7.781.099	1.489.199
Outros valores e bens	488	296
Redução dos subgrupos do passivo circulante e exigível a longo prazo:	3.223.463	135.573
Depósitos	-	131.633
Captações no mercado aberto	3.210.114	-
Relações interdependências	13.349	3.940
Aumento (redução) das disponibilidades	256.026	(10.666)
Modificações na posição financeira:		
Disponibilidades		
No início do semestre	3.556	11.682
No fim do semestre	259.582	1.016
Aumento (redução) das disponibilidades	256.026	(10.666)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ajuste ao valor de mercado TVM's	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	190.311	3.101	31.864	3.544	397.169	625.989
Atualização de títulos patrimoniais	-	454	-	-	-	454
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(9.086)	-	(9.086)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	66.816	66.816
Destinações:						
Reserva legal	-	-	3.341	-	(3.341)	-
Saldos em 30 de junho de 2007	190.311	3.555	35.205	(5.542)	460.644	684.173
Saldos em 31 de dezembro de 2007	190.311	3.720	40.660	32.759	524.587	792.037
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(17.365)	-	(17.365)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	32.593	32.593
Destinações:						
Reserva legal	-	-	1.630	-	(1.630)	-
Saldos em 30 de junho de 2008	190.311	3.720	42.290	15.394	555.550	807.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil e de investimento.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, as quais não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07 (vide nota nº 20a).

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados. Nas operações de arrendamento mercantil, é apurado pelo regime de competência dos períodos (exercício/semestre) e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 140/84, que considera: • As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no período. • O ajuste ao valor presente das operações de arrendamento mercantil. • Os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índice e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos circulantes e a longo prazo. **b) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos -** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: • Títulos para negociação. • Títulos disponíveis para venda. • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. O Banco não possuía títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento em 30 de junho de 2008 e de 2007. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como negociação são reconhecidos no resultado do período. Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários. Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações de "swap", a termo, opções e futuros são contabilizados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de swap - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. • Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício.• Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme segue: • Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" - Em conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge"- São classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa. Os "hedges" de risco de mercado são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período. Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge", são, também, ajustados a valor de mercado na data do balanço. O Banco não possuía "hedges" de fluxo de caixa em 30 de junho de 2008 e 2007. **d) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa -** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682 do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN, conforme demonstrado na nota 4d. **e) Contingências** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535 e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON nº 2/2006 da seguinte forma: Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Contingências Passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizadas de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **f) Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo deduzido, é deduzido pela depreciação acumulada, calculada de forma acelerada e segundo determinação da Portaria MF nº. 140/84 com redução de 30% da vida útil, quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo do contrato de arrendamento for equivalente a no mínimo, 40% do prazo de vida útil do bem arrendado. Atualmente, a carteira de arrendamento está composta apenas por veículos, cujo prazo de depreciação é de 42 meses. O Banco, visando atender ao regime de competência, também constituiu, no exercício findo em 30 de junho de 2008, superveniência de depreciação, classificada em imobilizado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. **g) Investimentos** - O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Os títulos patrimoniais representados pelos títulos da Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e da Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F são avaliados pelo valor patrimonial, sendo o valor da atualização registrado diretamente no patrimônio líquido, como reservas de capital. Os incentivos e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas consideradas permanentes. **h) Ativo imobilizado** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas anuais são 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **i) Ativo diferido** - O ativo diferido é registrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear. A amortização é calculada pelo prazo de cinco anos ou pelo prazo de contrato. **j) Depósitos e captações no mercado aberto** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia. **k) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R$120 no semestre. Em 3 de janeiro de 2008 foi editada a Medida Provisória 413, posteriormente convertida na Lei 11.727, de 23 de junho de 2008, a qual elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% sobre o lucro tributável, a partir de maio de 2008. Dessa forma, o encargo da contribuição social sobre o lucro tributável será acrescido pelo diferencial de alíquota de 6%, bem como os ativos e passivos diferidos relativos a CSLL, foram aumentados proporcionalmente, a partir de 1º maio de 2008 sobre a alíquota de 15%.

3. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

	2008			2007
	Valor de custo/contrato	Ajuste a mercado	Valor contábil	Valor contábil
Títulos para negociação				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.973	2	13.975	1.256
Letras do Tesouro Nacional - LTN	486.935	(1.712)	485.223	390.347
Notas do Tesouro Nacional - NTN	593.591	(8.857)	584.734	1.054.678
Notas promissórias	32	(3)	29	-
Total	1.094.531	(10.570)	1.083.961	1.446.281
Títulos disponíveis para venda				
Debêntures	39.935	(7.200)	32.735	32.931
Ações	2.476	31.789	34.265	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	87.738	(2.152)	85.586	125.540
Notas do Tesouro Nacional - NTN	798.477	(25.109)	773.368	768.765
Notas Promissórias	108.537	(184)	108.353	-
Títulos Emitidos por Governos de Outros Países	263.242	16.785	280.027	-
	1.300.405	13.929	1.314.334	927.236
Hedge de risco de mercado				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	303.059
Total	1.300.405	13.929	1.314.334	1.230.295
Cotas de Fundos de Investimento	12.460	-	12.460	-
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo				
Opções	55.153	(36.817)	18.336	655
Operações a termo	97.793	(2.661)	95.132	402.007
Operações de "swap"	250.808	(15.350)	235.458	36.225
	403.754	(54.828)	348.926	438.887
Total	2.811.150	(51.469)	2.759.681	3.115.463
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo				
Opções	379.631	(21.599)	358.032	120
Operações a termo	160.203	(17.535)	142.668	444.785
Operações de "swap"	95.191	(11.476)	83.715	55.734
Total	635.025	(50.610)	584.415	500.639

O Banco optou por designar parte dos instrumentos financeiros derivativos como "hedge", conforme estabelecido pela Circular nº 3082 do BACEN. O impacto da marcação a mercado dos ativos objeto, além do divulgado acima, está demonstrado na nota 16.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Andima ou está representado pelo fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&F ou agentes de mercado, quando necessário.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos representa o fluxo de caixa trazido a valor presente pelas taxas divulgadas pela BM&F, ou por cotações de mercado para aqueles instrumentos que os possuam.

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira existente em 30 de junho de 2008 por vencimento dos respectivos títulos contratados:

	Em quantidade de dias				
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total
Títulos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	174.506	13.031	173.813	209.459	570.809
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	13.975	13.975
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	56.383	1.301.719	1.358.102
Ações	34.265	-	-	-	34.265
Nota promissória	-	-	101.672	6.710	108.382
Debêntures	-	-	-	32.735	32.735
Títulos Emitidos por Governos de Outros Países	-	280.027	-	-	280.027
Cotas/Fundos de Investimento	-	-	-	12.460	12.460
	208.771	293.058	331.868	1.577.058	2.410.755
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo					
Opções	2.717	5.568	7.732	2.319	18.336
Operações a termo	71.247	19.766	2.768	1.351	95.132
Operações de "swap"	3.115	144.424	52.771	35.148	235.458
	77.079	169.758	63.271	38.818	348.926
Total	285.850	462.816	395.139	1.615.876	2.759.681
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo					
Opções	4.404	135.083	30.394	188.151	358.032
Operações a termo	76.090	42.499	17.120	6.959	142.668
Operações de "swap"	9.378	25.816	21.071	27.450	83.715
Total	89.872	203.398	68.585	222.560	584.415

O valor de referência dos contratos, registrados na BM&F ou Cetip, está contabilizado em contas de compensação, conforme abaixo:

Indexador	"Swap"	Termo	Futuros	Opções	Total
Moeda estrangeira	1.466.588	1.330.695	5.872.626	8.772.714	17.442.623
Taxa de juros	4.534.419	-	8.900.019	-	13.434.438
Total 2008	6.001.007	1.330.695	14.772.645	8.772.714	30.877.061
Total 2007	2.182.829	410.153	10.201.367	580.831	13.375.180

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à BM&F e liquidação de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia, no valor de R$528.342 (R$369.965 em 2007).

4. Operações de Crédito

As informações da carteira são assim sumariadas:

a) Por tipo de operação

	2008	2007
Operações de crédito:		
Financiamentos à importação	160.021	174.732
Resolução BACEN nº 2.770	163.204	137.043
Cédula de Crédito Bancário	168.552	162.934
Crédito Rotativo	21.557	25.884
Finame	118.227	182.503
Compror	34.683	44.493
Hot Money	1.968	-
Capital de Giro	39.810	29.145
	708.022	756.734
Arrendamento mercantil:		
Arrendamento mercantil	52.327	23.122
	52.327	23.122
Outros créditos:		
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 6b)	311.423	217.745
Rendas a receber de adiantamento concedido (nota 6a)	4.093	3.582
	315.516	221.327
Total antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.075.865	1.001.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(586)	(668)
	1.075.279	1.000.515

b) Diversificação por atividade

	2008	2007
Setor privado:		
Indústria	375.513	515.080
Comércio	219.262	75.826
Serviços	443.722	353.438
Setor público estadual:		
Administração indireta	37.368	56.839
	1.075.865	1.001.183

c) Por vencimento

	2008		2007	
	R$	%	R$	%
A vencer:				
Até 180 dias	357.229	33,20	286.728	28,64
De 181 a 360 dias	188.624	17,53	195.780	19,55
Acima de 361 dias	530.012	49,27	518.675	51,81
	1.075.865	100,00	1.001.183	100,00

d) Por nível de risco

	Saldos da Carteira					
	2008				2007	
Nível	Curso Normal	Vencido	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	966.864	-	966.864	-	893.126	-
A	100.875	-	100.875	505	82.542	413
B	8.126	-	8.126	81	25.515	255
	1.075.865	-	1.075.865	586	1.001.183	668

5. Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2008	2007
Saldo no início do exercício	357	45
Constituição	229	623
Saldo no final do semestre	586	668

Não houve recuperação de créditos em 2008 e 2007, referentes aos créditos anteriormente baixados contra provisão.

6. Carteira de Câmbio

a) Ativo

	2008	2007
Câmbio comprado a liquidar	7.480.502	2.691.883
Direitos sobre venda de câmbio	7.097.567	1.857.869
Cambiais em moeda estrangeira	2.604	3.760
Adiantamentos em moeda estrangeira	(12.077)	(49.799)
Adiantamentos em moeda nacional	(9.794)	(8.440)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	4.093	3.582
	14.562.895	4.498.855

b) Passivo

	2008	2007
Câmbio vendido a liquidar	6.764.953	1.839.109
Obrigações por compra de câmbio	7.825.615	2.722.987
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(311.423)	(217.745)
	14.279.145	4.344.351

7. Outros Créditos - Diversos

	2008	2007
Crédito tributário de impostos e contribuições	47.371	21.446
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	11.668	8.061
Devedores diversos - Exterior	1	8
Devedores diversos - País	233	864
Adiantamentos diversos	1.496	2.008
Devedores por depósitos em garantia	45.144	1.471
	105.913	33.858

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007

(Em milhares de reais)

No semestre findo em 30 de junho de 2008, os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Saldo final
Imposto de renda				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	89	57	-	146
Provisão para efeitos de derivativos	-	8.410	-	8.410
Provisão para títulos disponíveis para venda	-	580	-	580
Provisão para outros passivos	26.526	3.287	9.453	20.360
Provisões diversas	414	57	176	295
	27.029	12.391	9.629	29.791
Contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	32	56	-	88
Provisão para efeitos de derivativos	-	4.751	-	4.751
Provisão para títulos disponíveis para venda	-	348	-	348
Provisão para outros passivos	9.549	8.338	5.671	12.216
Provisões diversas	149	133	105	177
	9.730	13.626	5.776	17.580
Total 2008	36.759	26.017	15.405	47.371
Total 2007	24.108	3.067	5.729	21.446

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente considerados nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 30 de junho de 2008 é:

Exercício social	2008	2009	2010	2011	2012	de 2013 até 2017	Total
Créditos tributários	17.513	7.320	-	-	-	22.538	47.371

O valor presente do crédito tributário, em 30 de junho de 2008, é estimado em R$ 30.348 (R$ 17.638 em 2007), utilizando a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

8. Investimento em Controlada no País

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	
	2008	2007
Informações relevantes sobre o investimento		
Quantidade de cotas	11.324.999	11.324.999
Resultado do semestre	15.460	23.215
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada do semestre	11.499	17.267
Valor contábil do investimento	22.824	28.592
Informações relevantes sobre a investida:		
Ativo:		
Disponibilidades e outros créditos a receber do Banco	2.296	5.467
Cotas de fundos de investimento	30.811	35.433
Outros ativos	9.741	3.119
Total ativo	42.848	44.019
Passivo:		
Obrigações diversas	12.162	5.578
Patrimônio líquido		
Capital social	15.226	15.226
Lucros acumulados	15.460	23.215
Total passivo	42.848	44.019

9. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São compostas, basicamente, por financiamentos à importação, "clean advance loan" contratados integralmente com a matriz e financiamentos à exportação com cartas de crédito contratadas junto a empresas do Grupo BNP Paribas localizadas no Panamá, Nova York e Paris todos vencíveis até 25 de outubro de 2013 com encargos financeiros que variam de 1,00% (para operações em Yen) a 5,40% (para operações em US$), além da respectiva variação cambial; operações de repasses do País - FINAME com encargos que variam de 8,00% a 8,80% (acima da variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP); 9,69 % (para operações em USD) e 2,50% (para operações em UMBNDES) e repasses do exterior, com encargos financeiros que variam de 2,74% a 5,39%, vencíveis até 16 de janeiro de 2013.

10. Outras Obrigações

a) Fiscais e previdenciárias

	2008	2007
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	31.504	20.361
Provisão para riscos fiscais (i)	50.643	27.345
Impostos e contribuições a recolher	10.255	8.859
Provisão para impostos e contribuições diferidos	2.344	5.162
	94.746	61.727

(i) Em 30 de junho de 2008 a provisão para riscos fiscais é composta basicamente da provisão para pagamento da COFINS, no valor de R$ 44.246, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo pretendida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei 9718/98.

b) Dívida subordinada - Representada por recursos captados por meio de emissão de "floating rate notes" no valor de US$28,759 mil (equivalente à R$46.577), sendo US$21,259 mil vencível em novembro 2008 com juros de até 0,6% a.a. acima da LIBOR de três meses e US$7,500 mil vencível em junho 2009 com juros de até 0,25% a.a. acima da LIBOR de seis meses, para dólares norte-americanos.

c) Diversas - Substancialmente compostas por valores a pagar a sociedade ligada R$2.214 (R$5.362 em 2007), provisão de despesas de pessoal R$7.760 (R$ 5.821 em 2007), provisão para perdas com fianças e avais no montante de R$6.792 (R$6.339 em 2007), provisão para passivos contingentes, sendo R$2.751 (R$3.928 em 2007) relacionados a processos de ordem trabalhista, e R$704 (R$598 em 2007) relativos a processo de ordem cível e R$2.400 referente a outros passivos contingentes e, operações de "Assunção de obrigações em moedas estrangeiras" contratadas com a casa matriz, no valor de R$12.133, com vencimento até agosto de 2010 e indexados ao dólar norte americano.

Baseada nas opiniões de seus consultores jurídicos, a administração da instituição mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

11. Operações Vinculadas

As operações de crédito amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

	2008			2007		
Descrição	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Empréstimos	11.897	-	(1.000)	18.077	-	(1.183)
Repasses do exterior	-	11.890	1.019	-	18.071	1.184

12. Patrimônio Líquido

a) Capital - Em 30 de junho de 2008 e 2007 o capital social é representado por 166.829 ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizados.

b) Dividendos - Conforme definido no Estatuto do Banco são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

a) As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente de 2008 e de 2007 foram assim apuradas:

	2008		2007	
Descrição	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações	52.498	52.498	107.653	107.653
(-) Participação dos empregados no lucro	(18.147)	(18.147)	(14.694)	(14.694)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	34.351	34.351	92.959	92.959
Adições (exclusões):				
Permanentes:				
Equivalência patrimonial	(11.499)	(11.499)	(17.267)	(17.267)
Outras provisões, receitas e despesas indedutíveis	(3.616)	(2.378)	623	623
Temporárias:				
Provisão para contingências, fianças e outras	(23.935)	(23.935)	(11.639)	(11.639)
Supervinência de depreciação	(4.508)	-	(1.544)	-
Marcação a mercado (TVM's e derivativos)	54.001	54.001	6.148	6.148
Efeitos tributários sobre derivativos das Leis 11.051/04 - art. 32 e 11.196/05 - art. 110	41.219	41.214	(9.771)	(9.758)
Lucro tributável	86.013	91.754	59.509	61.066
Imposto de renda - 15%	12.902	-	8.926	-
Adicional do imposto de renda - 10%	8.589	-	5.939	-
Incentivo fiscal	-	-	-	-
Contribuição social - 9%	-	8.258	-	5.496
Ajuste da CSLL de 9% para 15%	-	1.754	-	-
Total	21.491	10.012	14.865	5.496

Foram efetuados ajustes de exercícios anteriores, referente a dezembro de 2007, nos montantes de R$54 (IRPJ) e R$20 (CSLL).

Os resultados de imposto de renda e contribuição social diferidos de 2008 e 2007 foram assim apurados:

Descrição	Saldo inicial	Saldo final	Efeito no resultado
Créditos tributários:			
Imposto de renda	27.029	29.791	2.762
Contribuição social	9.730	17.580	7.850
	36.759	47.371	10.612
Exclusão do efeito tributário do ajuste a mercado dos títulos disponíveis para venda em patrimônio líquido:	-	(928)	(928)
	-	(928)	(928)
Efeito tributário do ajuste a mercado dos títulos e valores mobiliários e derivativos:			
Imposto de renda	(6.180)	-	6.180
Imposto de renda - Efeitos da Lei 11.051/04 - artigo 32 e Lei 11.196/05 - artigo 110	(9.216)	-	9.216
Contribuição social	(2.225)	-	2.225
Contribuição social - Efeitos da Lei 11.051/04 artigo 32 e Lei 11.196/05 - artigo 110	(3.494)	-	3.494
Efeito tributário da superveniência de depreciação de arrendamento mercantil:			
Imposto de renda	(1.216)	(2.344)	(1.128)
Total dos efeitos tributários	(22.331)	(2.344)	19.987
Total 2008	14.428	44.099	29.671
Total 2007	19.211	13.429	(5.782)

14. Compromissos, Garantias e Outras Responsabilidades

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros, totalizam R$1.491.260 (R$1.267.793 em 2007), e estão registradas em conta de compensação.

15. Administração de Recursos de Terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R$20.006.182 (R$23.593.237 em 2007).

16. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas se traduzem pelas captações descritas nas notas 9, 10 e 11 e pelas aplicações em depósitos à vista e interfinanceiros com a Cetelem Brasil S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresa do grupo BNP Paribas. Conforme demonstrado abaixo:

	2008			2007		
Descrição	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)	Ativo	Passivo	Receita (Despesa)
Depósitos à Vista	-	454	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.787.703	-	83.354	472.520	-	49.426
Captações em depósitos interfinanceiros	-	-	(959)	-	-	(62)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	2.628.099	220.577	-	3.474.246	182.535
Outras obrigações - Dívida subordinada	-	46.577	4.031	-	55.797	4.210

As aplicações em depósitos interfinanceiros foram parcialmente classificadas como objeto de "hedge" de risco de mercado, sendo ajustadas a valor de mercado na data do balanço, conforme quadro abaixo:

	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.301.207	1.277.194	24.013

17. Patrimônio Líquido Exigido (Acordo de Basiléia)

O Banco mantém patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, nos termos da Resolução BACEN nº 2.099/94 e normas posteriores.

18. Risco Operacional

O Banco implementou durante o 1º semestre de 2008 diversas melhorias visando obter maior efetividade na gestão dos riscos operacionais, com a contratação de novos profissionais que integraram a Área de Risco Operacional & Controle Permanente da instituição e a constituição do Comitê de Controles Internos. Foi também reavaliada a parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, tendo sido mantida nessa reavaliação a metodologia de abordagem básica (BIA). A Administração continua dedicando esforços no sentido de aprimorar as práticas de Governança Corporativa, investindo constantemente na evolução dos processos e dos controles. O relatório completo sobre o assunto está à disposição no sítio http://www.bnpparibas.com.br/.

19. Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

Atendendo à regulamentação vigente o Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a seguinte estrutura para o Gerenciamento do Risco de Mercado:

Diretor Responsável por Riscos de Mercado: eleito em dezembro de 2007, ele tem como principais responsabilidades a administração da política de monitoramento do risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. Ele conta para isso com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do grupo BNP Paribas.

20. Outras Informações

a) Alteração da Legislação Societária Brasileira, com vigência a partir de janeiro de 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Na avaliação da administração, a adoção desta norma não produzirá efeitos signiticativos no resultado do período, no patrimônio líquido ou nos ativos passíveis de avaliação.

b) Normas Internacionais de Contabilidade

Em continuidade com o processo de convergência para as Normas Internacionais de contabilidade, em 29 de maio de 2008, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamento Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2008.

A principal alteração estabelecida por este normativo é definir procedimentos que assegurem que os ativos estejam registrados contabilmente a valores possíveis de serem recuperados por uso ou por venda. Para tanto, as instituições devem efetuar avaliação de seus ativos, no mínimo, a cada fechamento de balanço semestral, ou no caso de existir alguma indicação de que um ativo tenha sofrido desvalorização antes disto. Na avaliação da administração, a adoção desta norma não produzirá efeitos significativos no resultado do período, no patrimônio líquido ou nos ativos passíveis de avaliação.

João Marcelo Marcondes M. de Campos - Contador - CRC 1SP189298/O-3

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco BNP Paribas Brasil S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., levantados em 30 de junho de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 30 de junho de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/07.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 20a, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocou mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil para serem integralmente aplicadas pelas instituições por eles reguladas. Dessa forma, nessa fase de transição, o Banco Central do Brasil, por meio do Comunicado nº 16.669, de 20 de março de 2008, permitiu a não-aplicação das disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação, em 2008, das demonstrações financeiras intermediárias. Assim, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 foram elaboradas de acordo com instruções específicas do Banco Central do Brasil e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

São Paulo, 15 de agosto de 2008.

Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições da Resolução 3198/04 do Conselho Monetário Nacional e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no primeiro semestre do ano de 2008 no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S/A (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembléia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, sendo composto por cinco membros, dos quais quatro Diretores Estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de dois especialistas, responsáveis pela área de Compliance e pela Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras e a efetividade dos sistemas de controles internos e das Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas das diversas áreas avaliadas. O fato da maioria dos membros exercerem também funções executivas na organização facilita o entendimento das questões tratadas pelo Comitê de Auditoria.

Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas e dentro do escopo de suas atividades, oferecer ao Conselho de Administração da Instituição e à sua Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério destes últimos acolhê-las ou não.

Atividades do Comitê de Auditoria

Durante o primeiro semestre de 2008, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes. Em agosto de 2008, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a finalidade de examinar e validar as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2008. Dos assuntos tratados nas reuniões foram lavradas atas, devidamente numeradas e mantidas à disposição das autoridades competentes.

Sistema de Controles Internos

O Comitê de Auditoria reuniu-se com diversas áreas da Instituição, com a finalidade de conhecer suas atividades, estruturas, controles e sistemas utilizados e, principalmente, para avaliar a efetividade de seus controles frente às determinações constantes das leis e regulamentos aplicáveis aos entes integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria constatou que as áreas entrevistadas apresentam controles internos compatíveis com a complexidade dos negócios da Instituição e com a regulamentação vigente, sendo que as poucas necessidades de melhoria identificadas em seus controles não comprometem seus objetivos.

O Comitê de Auditoria tomou ciência da Carta de Controles Internos aprovada pelo Diretor responsável, nos termos da Resolução 2554, da qual pôde-se concluir que o documento cobre os controles de todas as atividades da instituição, confirmando o eficiente trabalho de acompanhamento dos pontos pendentes até a sua satisfatória finalização.

Durante o primeiro semestre de 2008 foi decidida pela Diretoria Executiva a criação de um Comitê de Controles Internos, sem o status de organismo estatutário, formado por representantes das diversas áreas de controle do BNPP BR, cuja função primordial é a de avaliar a qualidade dos diversos controles internos existentes, a partir de reuniões específicas. Referido Comitê atuará ainda como elo de ligação entre as diversas áreas do BNPP BR e seu Comitê de Auditoria que, doravante, passará a desempenhar suas funções relacionadas a tais controles, com base em informações que lhe forem prestadas pelo Comitê de Controles Internos.

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com o responsável da área de Contabilidade para avaliação das demonstrações financeiras e concluiu que estas apresentam consistência, qualidade e clareza adequadas. A partir das considerações feitas pelos Auditores Externos, o Comitê de Auditoria pôde confirmar que as demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis habitualmente adotadas no Brasil e com as normas editadas pelos Órgãos de Supervisão Bancária e do Mercado de Capitais.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos, durante o primeiro semestre de 2008. A partir dos resultados apresentados, o Comitê de Auditoria concluiu que não foram identificados riscos relevantes ou que possam afetar a continuidade dos negócios do BNPP BR.

O Comitê de Auditoria avaliou também positivamente os trabalhos de Auditoria Interna, que através de seu representante, atestou ao Comitê atuar sempre com absoluta independência, não tendo sido impostas restrições ao seu trabalho pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho de Administração.

Auditoria Externa

A Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), através de seus representantes legais diante do Comitê de Auditoria, confirmou também ter atuado com independência e liberdade na condução de seus trabalhos. No âmbito dos controles internos, a Deloitte afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem afetar os relatórios financeiros da Instituição.

Reuniões com Diretoria Executiva

O Comitê de Auditoria forneceu ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, relatórios com seus comentários e as sugestões de melhorias que julgou necessárias. O Comitê de Auditoria registra que na condução de seus trabalhos sempre recebeu total atenção das áreas entrevistadas e que teve sua independência assegurada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração.

Conclusão

Considerando a abrangência dos trabalhos realizados e o fato de não ter sido identificada, no período, nenhuma ocorrência capaz de comprometer de forma relevante a qualidade e a integridade das informações recebidas, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação e a publicação das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2008.

São Paulo, 15 de agosto de 2008.

Comitê de Auditoria